COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 4.162, DE 2015

(Apensado: PL 5.593/2016)

Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.

Autor: Deputado MARCELO BELINATI

Relator: Deputado ADAIL CARNEIRO

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.162/2015, de autoria do nobre Deputado Marcelo Belinati, que acrescenta parágrafo único ao Artigo 57 da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.

A proposta obriga os estabelecimentos que comercializam roupas, vestuários e confecções em geral a adaptarem no mínimo um de seus provadores para o atendimento de pessoas com deficiência, de acordo com a ABNT NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Apensado ao referido projeto, encontra-se o Projeto de Lei nº 5.593/2016, de autoria do nobre Deputado Marx Beltrão, que acrescenta o Artigo 57-A à Lei nº 13.146/2015, para tornar obrigatória a disponibilização de provador adaptado para pessoa com deficiência nos estabelecimentos que comercializam peças de vestuário.

A iniciativa obriga, da mesma forma, os estabelecimentos que comercializam peças de vestuários a disponibilizar um provador para o atendimento de pessoas com deficiência, conforme a ABNT NBR 9050. Prevê, também, que, caso o estabelecimento possua apenas um provador, que este seja adaptado, a fim de permitir o compartilhamento com as pessoas com deficiência.

O Projeto de Lei n 4.162/2015 tramita em regime ordinário e submete-se à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, foi apresentado Substitutivo pelo Relator, o nobre Deputado Covatti Filho, limitando a aplicação da norma a estabelecimentos com área superior a 120 (cento e vinte) metros quadrados, bem como alterando o prazo de entrada em vigor da medida para 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação oficial. Em 11/10/2016 foi aprovado na referida comissão o parecer do Relator pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.162/2015 e do Projeto de Lei 5.593/2016 (apensado), na forma do Substitutivo apresentado.

Nesta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A presente iniciativa propõe a alteração da Lei nº 13.146/2015, para obrigar os estabelecimentos que comercializam roupas, vestuários e confecções em geral a adaptarem, no mínimo, um de seus provadores para o atendimento de pessoas com deficiência, de acordo com a ABNT NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Grande parte dos estabelecimentos comerciais não estão adaptados para o atendimento de pessoas com deficiência. Em especial, lojas

de roupas e estabelecimentos semelhantes não possuem provadores adaptados ou mesmo de tamanho que permita à pessoa com deficiência experimentar a peça de vestuário antes da compra, como fazem os demais consumidores.

Nesse sentido, é preciso destacar a importância da proposta, que busca proporcionar à pessoa com deficiência tratamento igualitário, contribuindo com a sua inclusão na sociedade. Reforçar a autonomia e promover a liberdade da pessoa com deficiência devem constituir diretrizes de uma sociedade mais justa. Assim, somos favoráveis à iniciativa, que tem por objetivo promover a acessibilidade também nos estabelecimentos que comercializam roupas.

Com relação ao Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, a redação deste restringiu a aplicação da norma aos estabelecimentos acima de 120 (cento e vinte) metros quadrados, considerando que os estabelecimentos de pequeno porte têm menor capacidade financeira para suportar os ajustes necessários ao cumprimento das especificações da ABNT NBR 9050.

Entendemos como razoável a alteração proposta no Substitutivo, pois acreditamos que a medida será proporcional à realidade financeira dos estabelecimentos e possibilitará, da mesma forma, a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência.

Assim, consideramos que a iniciativa contribuirá com o aprimoramento da legislação de proteção às pessoas com deficiência. Certos da relevância da iniciativa e do mérito da matéria, **votamos pela aprovação** do Projeto de Lei nº 4.162, de 2015, e do Projeto de Lei nº 5.593, de 2016, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ADAIL CARNEIRO

Relator